

EMPREENDEDORISMO SOCIAL NAS CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS

Demóstenes Dantas Vieira¹
Antônio Soares Junior da Silva²
Ana Paula de Assis França³

RESUMO

Este trabalho propõe uma reflexão sobre o conceito de Empreendedorismo Social nas Ciências Sociais e Humanas. Trata-se de uma investigação bibliográfica em cujo escopo encontram-se as contribuições de Silva (2009), Noruzi, Westover e Rahimi (2010), Dees (1998), Oliveira (2004), Albagli e Maciel (2002), Ducker (1987), dentre outros. Através dela, propomos entender o conceito de Empreendedorismo Social tanto do ponto de vista de autores otimistas, como daqueles que veem nele uma estratégia de culpabilização dos indivíduos e abstenção do Estado diante do desemprego e da negligência das condições de subsistência e dignidade humana. Os resultados apontam para a necessidade de ruptura com o modelo tradicional e naturalista de sustentabilidade, o que nos leva a um modelo socioambiental, político e cultural de sustentabilidade. Por sua vez, a bibliografia consultada evidencia o papel do Estado como articulador das políticas públicas que fomentem estratégias de empreendedorismo social, como forma de diminuir as desigualdade sociais materializadas nas condições de produção do capitalismo.

Palavras-chaves: Empreendedorismo social. Ciências Sociais e Humanas. Desigualdades Sociais.

1. INTRODUÇÃO

A partir das últimas décadas do século passado, a temática do empreendedorismo tem alcançado maior atenção numa perspectiva global por parte de governos, empresários, trabalhadores e toda sociedade. Segundo Ayres (2001), o surgimento de uma economia informacional global deve-se a transformações profundas ocorridas no ambiente econômico nos últimos anos, mais especificamente na organização da produção e na configuração dos mercados ao redor do mundo. Apoiadas na tecnologia da informação, estas mudanças eram uma resposta das organizações ao acelerado ritmo dos acontecimentos.

Para Stewart (1998, p. 06), “desenvolver a gestão de agentes sociais em rede,

¹ Doutorando em Linguística pela Universidade Federal do Pernambuco – UFPE; Mestre em Ciências Sociais e Humanas pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Professor permanente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN/Campus Macau.

² Mestre em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-grandense – IFSul.

³ Graduada em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN; Especialista em Educação Ambiental e Geografia do Semi-Árido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN.

ao mesmo tempo em que possibilita articular vários saberes e habilidades em torno de uma atividade de forma dinâmica”, é preciso estimular a iniciativa, a flexibilidade e a participação dos integrantes. Isso faz com que as parcerias sejam o instrumento principal de geração de informação e conhecimento destinados ao serviço que visam prestar. Conforme afirma Ayres (2001, p.06) "a constituição de uma teia de relações em torno de objetivos delimitados e fortemente compartilhados, articulada para a concretização de atividades diversas e mutáveis, amplia o campo de ação das organizações não governamentais, gerando oportunidades e aumentando seu potencial competitivo".

Para Pádua e Rouere (2002 *apud* GODOI-DE-SOUZA, 2008), do empreendedorismo social: “constituem a contribuição efetiva de empreendedores sociais inovadores, cujo protagonismo na área social produz desenvolvimento sustentável, qualidade de vida e mudança de paradigma de atuação em benefício de comunidades menos privilegiadas.” Melo Neto e Froes (2002 *apud* OLIVEIRA et al, 2008) apresentam o empreendedorismo social como um paradigma emergente de um novo modelo de desenvolvimento: humano, social e sustentável.

Nesse sentido, a dimensão local do empreendedorismo, assim como das estratégias de desenvolvimento local de modo mais amplo, começou a ganhar expressão, desde o final da década de 1970, em contraposição às teses sobre modernização e desenvolvimento exógeno, vigentes nos anos 1950 e 1960. Colocou-se também, progressivamente, como alternativa ao modelo de inserção competitiva no mercado mundial que se difundiu desde os anos de 1980 (ALBAGLI; MACIEL, 2002).

Diante do quadro político-social apresentado, esta pesquisa, de caráter bibliográfico, visa discutir o papel do Empreendedorismo Social, como base para a promoção do desenvolvimento social a partir de políticas públicas, assim como objetiva entender o Empreendedorismo Social sob a ótica de autores otimistas e de autores que o criticam.

2. O EMPREENDEDORISMO SOCIAL E AS CIÊNCIAS HUMANAS

As concepções provenientes do senso comum nos fazem associar o empreendedorismo a uma prática proveniente do mercado capitalista e das atividades privadas laborais restringindo o empreendedorismo a um ato, essencialmente,

empresarial. Porém, essa concepção não é “totalmente” coerente, tendo em vista que limita a complexidade do significado e da prática de ser um sujeito empreendedor ao passo que direciona o empreendedorismo a um espaço e a um indivíduo específico, no caso, o empresário. Se analisarmos as sociedades primitivas, iremos perceber que o empreendedorismo é muito mais antigo do que o que pensamos. Nelas, o ato de empreender se faz presente quando os seres humanos desenvolveram as primeiras práticas de inovação para adquirir formas de subsistência. Diante disso, vale apresentar algumas concepções de alguns autores que se fazem de suma importância para a compreensão desse termo.

Ferreira (1986) escreve que o empreendedorismo está intimamente ligado à transformação de ideias em algo inovador, no tocante que são postas determinadas situações e oportunidades que devem ser aproveitadas, pois as mesmas podem proporcionar as mudanças necessárias. Como corolário, Drucker (1987) escreve que as mudanças oferecem diversas situações que possibilitam práticas criativas e inovadoras. Dees (1998) também avigora o pensamento de Drucker, pois enfatiza que a concepção de oportunidade é de fundamental importância para compreender o termo empreendedorismo, este não pode ser entendido sem a noção de oportunidade.

Conquanto afirmam Noruzi, Westover e Rahimi (2010), o empreendedorismo é inato ao indivíduo, falta, muitas vezes, orientação para o despertar de uma ação empreendedora articulada. Filion (1999) ressalta que o indivíduo empreendedor articula-se tendo como foco metas e objetivos, que se utiliza da imaginação para realizar ações que está além do imediatismo. Ainda segundo Ducker (1987) a expressão empreendedorismo não deve ser associada, necessariamente ao mercado, pois é notória a aptidão humana para o ato de empreender, tanto em situações formais como nas práticas cotidianas, apesar de que as relações sociais na era da globalização proporcionam vários ambientes que necessitam de profissionais com características empreendedoras (QUINTÃO, 2004).

Os autores já mencionados apresentam a ideia de inovação e de oportunidade como características intrínsecas e essenciais ao termo empreendedorismo. Outros pensadores como Costa, Barros e Carvalho (2011) ressaltam que a ênfase dada a uma pessoa empreendedora na era da globalização ocorre devido às diretrizes da economia

capitalista de mercado que possibilita o processo de naturalização do modelo econômico centrado no empreendedorismo, este passa a ser visto como um modelo ideal a ser seguido. Segundo Quintão (2004) todas as pessoas podem assumir o papel de empreendedor, basta intensificar as habilidades de observação das situações e despertar a criatividade para utilizá-las a seu favor.

Embora existam muitas críticas postas ao empreendedorismo, ele ainda é valorizado e instigado, pois é algo necessário à ordem presente, produzindo empreendedores de sucesso que, por sua vez são vistos como grandes “divindades” da gestão organizacional. (QUINTÃO, 2004), tendo em vista as múltiplas possibilidades de se pensar a *sustentabilidade social e econômica*⁴.

Segundo Dees (1998), Noruzi, Westover e Rahimi (2010) o *Empreendedorismo Social* convergem com o econômico, entretanto o primeiro tem como ênfase a sustentabilidade social, a construção da dignidade humana e dos meios de subsistência familiar. O Empreendedorismo Econômico, por sua vez, centra-se na produção econômica, na obtenção do lucro e a redução dos gastos e custos. Aquele objetiva encontrar pessoas que possam intervir na sociedade por intermédio das ações sociais ocasionando mudanças sociais, enquanto que este está associado ao capital social, a luta de classes e mesmo à *distinção social*⁵.

Segundo Albagli e Maciel (2002), o tema do capital social tem recebido considerável atenção, particularmente entre pesquisadores das Ciências Sociais, tais como a Sociologia, Ciência Política, Economia, Serviço Social, dentre outras, além de organizações públicas e privadas. Por sua vez, o *capital social* tem sido analisado sob duas perspectivas: individual e comunitária. O foco no capital social individual refere-

⁴ Ao desenvolver uma pesquisa na região carbonífera da cidade de Criciúma – SC, e tendo como aporte a *Psicologia Ambiental*, Gonçalves (2007) desenvolve algumas reflexões sobre o paradigma da sustentabilidade. Segundo ela, é necessário repensarmos o conceito de sustentabilidade ambiental e econômica para assim resgatarmos a esfera humana, tendo em vista a necessidade de se pensar o desenvolvimento econômico atrelado ao desenvolvimento social, à qualidade de vida, à preservação da dignidade humana, de modo que o espaço, a economia e o indivíduo possam desenvolver-se atrelados e “sustentados”.

⁵ Ao utilizarmos a expressão *A Distinção*, nos remetemos a pesquisa realizada por Bourdieu (2007) sobre o gosto, o *habitus* e as preferências sociais. Nesta obra, aparece a síntese das pesquisas que Bourdieudesenvolveu ao longo dos anos de 1970 sobre o processo de distinção social, sobre como os processos de configurações dados através do capital social, cultural, econômico e escolar constituem uma predisposição psíquica e social dos grupos que compreendem as estruturas. De certa forma, ela nos dá um aporte para pensar a distinção tanto cultural e econômica como um fator psíquico, estruturado e estruturante dado à dinâmica das relações sociais.

se a como indivíduos têm acesso e usam recursos embutidos em redes sociais, baseadas em relações de confiança e reciprocidade, para obter ou preservar ganhos (a ênfase recai em redes egocentradas). As relações sociais de cada indivíduo indicam suas possibilidades de acesso a recursos escassos por meio da participação em redes. O importante aí não é tanto o que se conhece, mas quem se conhece (WOOLCOCK, 2000; JOHNSON; LUNDVALL, 2002).

A outra perspectiva é centrada no capital social em nível comunitário: de que forma determinados grupos desenvolvem e mantêm mais ou menos capital social como um ativo coletivo “e como tal ativo pode melhorar a qualidade de vida dos membros da comunidade. Isto não exclui a possibilidade de que alguns grupos beneficiem-se de tais vínculos sociais em detrimento de outros”. (ALBAGLI; MACIEL, 2002. p. 10).

Conquanto escrevem Albagli e Maciel (2002), capital social comunitário pode facilitar:

o compartilhamento de normas pelo grupo e a sanção de indivíduos transgressores; o desenvolvimento de confiança entre os membros da comunidade; a resolução de conflitos por líderes ou por uma judicatura institucionalizada; a mobilização e gestão de recursos comunitários; a cooperação coordenada e a geração de espaços e estruturas de trabalho em equipe.

Ainda, segundo os autores, da perspectiva comunitária, capital social pode referir-se a: 1. laços estritamente no âmbito de um grupo ou comunidade, também chamados ‘exclusivos’ ou redes internas (*bonding social capital*), o que pressupõe forte coesão interna, tendendo a reforçar identidades e grupos homogêneos, mas podendo gerar também exclusões; e, 2. ações entre grupos heterogêneos, algo análogo com laços com redes externas, também chamados ‘inclusivos’ (*bridging social capital*), que são aparentemente mais frágeis, mas também mais propícios a incorporar grupos e indivíduos através das diferentes clivagens sociais e, portanto, mais aptos a promover a inclusão social (ALBAGLI; MACIEL, 2002).

A relação capital e empreendedorismo é inegável, entretanto muitas discussões tem sido levantadas sobre o capital como princípio básico da vida social e sobre o paradigma marxista como principio científico condutor das análises sociais, tendo em vista que outros fatores constituem a vida social que podem se constituir

como pilares dos *processos de configuração*⁶, tais como os laços de parentesco, o território, a afetividade, a sexualidade, as etc emoções.

Nesse sentido, *Empreendedorismo Social* apresenta-se como forma de oposição ao empreendedorismo econômico, pois ele resgata o valor do homem nas relações sociais em que o capital se faz presente. O voltado para a compreensão do *Empreendedorismo Social* possibilitou em inúmeras pesquisas, dentre elas merece destaque a realizada por Oliveira (2004) na qual enfatizou a superação da mera transferência de tecnologias de gestão organizacional das interesse empresas para a aplicação no terceiro setor, pois:

[...] tanto o conceito como a prática do empreendedorismo social derivam de entendimentos e intenções frente à vontade de mudar o cenário causado pelos impactos de uma globalização de efeitos paradoxais, que ao mesmo tempo em que gera riqueza e ciência e tecnologia, também produz um gigantesco exército de famintos e excluídos, produzidos principalmente pela desigualdade social e econômica, marcada e acentuada pela concentração de renda e problemas sociais históricos, principalmente para os chamados países do terceiro e quarto mundo (OLIVEIRA, 2004, p. 58).

Como é notório, Oliveira (2004) nos traz a proposta de *Empreendedorismo Social* como uma visão *pós-moderna*⁷ do empreendedorismo, visto que ele se contrapõe a “violência” do capitalismo ao propor a mudança dos impactos da modernidade e globalização na vida econômica e social, como as desigualdades sociais, o desemprego, a exclusão, a fome etc.

Nesse sentido, o Empreendedorismo Social suscita a reflexão sobre o *Projeto de Modernidade*⁸, sobre a reconstrução da vida social. Segundo Noruzi, Westover e

⁶ Elias (1994) denomina de *configurações* as redes de interdependência entre os indivíduos. Segundo ele, é essa rede de “interdependências entre os seres humanos que os liga”. Elas formam o nexos do que é aqui chamado configuração, ou seja, uma estrutura de pessoas “mutuamente orientadas e dependentes” (ELIAS, 1994, p. 249).

⁷ Dar-se o nome de pós-modernidade o que muitos teóricos, em especial, Touraine (1993) e Giddens (1994), preferem chamar de reconstrução da modernidade, pois, de acordo com eles a crítica à modernidade não deve ser realizada em oposição (antimoderna ou pós-moderna), mas, ao contrário, a uma redescoberta da modernidade em todas as suas dimensões, para eles, preferencialmente, essas mudanças paradigmáticas devem ser vistas como uma fase de reconstrução da própria modernidade, chamada pelos mesmos de nova modernidade.

⁸ Sobre o Projeto de Modernidade, ver Giddens (1994), obra na qual o autor discorre sobre a noção de reflexividade, que consiste numa análise pautada num sujeito reflexivo, que se opõe a noção determinista presente na origem das Ciências Sociais e Humanas de que o indivíduo é determinado pelo social. Segundo ele, o indivíduo moderno não é passivo, é um indivíduo capaz de refletir sobre a estrutura e

Rahimi (2010) são exemplos de empreendedorismo social o processo da sustentabilidade financeira e a prática de ações inovadoras cujo intuito é a transformação e a subsistência familiar. Vale ressaltar, entretanto, que para alguns autores o fenômeno do empreendedorismo social é entendido como um produto de deficiências produzidas pela globalização, enquanto outros pensadores, como Mair e Marti (2004) concebem esse fenômeno como resultado intrínseco ao processo histórico das sociedades, ou seja, é algo natural do sistema, por exemplo no *liberalismo vitoriano* que conciliava o desenvolvimento econômico com o progresso social.

Por fim, podemos dizer que o *Empreendedorismo Social* se configura na relevância dada à socialização, ou seja, em uma distribuição de forma igualitária. Segundo Dees (1998) o ponto central é a socialização do *Empreendedorismo Social* é a socialização, a inclusão. Diante dessas considerações, é relevante apresentar algumas características do empreendedor social que são elencadas no pensamento de alguns autores. Silva (2009) estabelece algumas características e habilidades de que empreendedores sociais devem ter para que os objetivos de suas atividades se efetivem. Ver tabela abaixo:

Quadro 01: Características/habilidades do empreendedor

Características/ Habilidades	Referência
Cooperativo, comunicativo, pragmático, empático, criativo; forte e ético.	Johnson (2000)
Sinceridade, paixão, confiança pessoal e organizacional, planejamento, habilidade para improviso.	Boschee (2008)
Criativo, líder.	Melo Neto e Froes (2002)
Inovador, temerário, transparente.	Dees (1998)
Aquele (pessoa física/jurídica ou ONGs) que busca mudanças; Centrado na sustentabilidade; Centrado na superação de problemas sociais, como a exclusão, a fome, o desemprego etc.	Noruzi, Westover e Rahimi (2010)

Fonte: Tabela adaptada de Silva (2009)

Destarte, é relevante retratar que independente do tipo de *Empreendedorismo Social*, ele se configura como um processo bastante importante para as sociedades atuais e que não se constitui em um objeto, mas em um processo que, por sua vez, possui particularidades tanto no seu desenvolvimento como também nas interpretações

adequá-la a suas necessidades, criando, imitando e transformando realidades.

acadêmico-científicas acerca do mesmo. Entretanto, vale ressaltar que apesar das singularidades interpretativas, há algo em comum e similar, a apreensão da oportunidade, o aspecto da inovação, a criatividade e a necessidade de construção de políticas públicas direcionadas à sustentabilidade social.

3. Aspectos metodológicos

Este trabalho desenvolveu-se através de pesquisa bibliográfica, a partir das contribuições de Silva (2009), Noruzi, Westover e Rahimi (2010), Dees (1998), Oliveira (2004), Albagli e Maciel (2002), Ducker (1987), dentre outros. Nesse sentido, propomos uma análise do conceito de empreendedorismo social partindo do ponto de vista das Ciências Sociais e Humanas, de modo que possamos suscitar a reflexão sobre a necessidade de pensarmos políticas públicas em torno da sustentabilidade econômica e social, levando em consideração o papel do empreendedor assim como do Estado no processo de construção de uma sociedade mais justa e com menos desigualdades sociais.

4. O Empreendedorismo Social e a lógica do capital

Tendo em vista as considerações já realizadas, se faz necessário desvelar alguns aspectos referentes ao Empreendedorismo Social, aspectos que possibilitam uma compreensão acerca das novas formas de responder as atuais expressões da *Questão Social*⁹.

A nova reconfiguração da sociedade brasileira marcada por crises e por uma lógica neoliberal provoca uma precarização no mundo do trabalho, políticas sociais focalizadas, aumento do desemprego etc., demandando maior intervenção do Estado nas realidades sociais. Entretanto, o que se percebe é a construção de um discurso que culpabiliza os indivíduos pelos seus fracassos que segundo Bauman (2008) advém da

⁹ Termo bastante utilizado na literatura do Serviço Social que significa “as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É manifestação, no cotidiano da vida social, vida contradição entre o proletariado e da burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão (IAMAMOTO e CARVALHO, 2006, p. 77).

cultura que impera através de parâmetros da competitividade inerentes ao neoliberalismo, culminando na propagação de uma doutrina de responsabilidade individualizada sobre os fracassos.

Assim, segundo Mattoso (1999, p. 20), agora, “empresas e Estado buscam se liberar dos encargos com emprego e fazem do desemprego uma responsabilidade individual do próprio desempregado. Trata-se de uma cínica responsabilização das próprias vítimas por sua sorte”.

Conforme as considerações supracitadas a questão da empregabilidade relaciona-se à produção de crenças em trono das pessoas quererem ou não estar inseridas no mercado de trabalho, um mercado que se tornou cada vez mais competitivo, exclusivo e diminuto.

Um dos deslizamentos acerca do termo Empreendedorismo, que ainda pretendemos discutir, refere-se aos fatores que motivam ou influenciam uma pessoa se tornar um empreendedor. Ferrão et al. (2005, *apud* Portela et al., 2008) escreve que a escolha individual de montar uma empresa está ancorada em duas motivações de caráter econômico, no tocante que, para esses pensadores existem os empreendedores impulsionados pela oportunidades e os que são motivados pela necessidade. Os primeiros tipos de empreendedores referem-se àqueles que possuem maior capital pessoal e que visualizam nas oportunidades maneiras de obtenção de lucro, já o segundo tipo de empreendedores (por necessidade) incluem aqueles que diante da necessidade de encontrar uma escolha à escassa oferta de emprego decidem abrir um negócio.

Conquanto escreve Sarkar (2010, p.39) “os empreendedores nos negócios transformam a economia ao deslocarem os recursos para áreas que ainda não são servidas. Os empreendedores sociais partilham muitas das mesmas qualidades, mas o seu primeiro efeito vai para as atividades que geram mudanças sociais”. Em síntese, “sejam motivados por oportunidades ou por necessidades [...] estes indivíduos não estão a resolver somente o seu problema [...] ao fazê-lo contribuem para o desenvolvimento local e para o progresso econômico (PORTELA, et al., 2008, p.23)

Dubar (2009) salienta a importância de observar criticamente o que está por trás do sentido atribuídos aos agentes identificados como empreendedor social, sentido que incorpora o papel de um agente da mudança e de um futuro possível diante do

desmonte do Estado Social, papel esse que se configura em uma resposta retórica à precarização do trabalho e a carência de postos formais de emprego.

Destarte,

O empreendedorismo tem vindo, assim, a ser transformado na panaceia que solucionará os graves problemas do desemprego desencadeados pela crise, através das políticas de apoio ao empreendedorismo de base tecnológica e de inovação, e que atenuará os impactos da crise. [...] Tudo pesado, tudo leva a crer que a retórica do empreendedorismo e a tônica nas oportunidades de negócio produzidas pelas crises reforcem de forma clara o mito da autorrealização e do individualismo (LOPES, 2012, p. 87)

Ao desvelar os sentidos atribuídos ao Empreendedorismo Social inferimos que o mesmo se constitui em uma moderna forma de demonstrar a maneira como a sociedade reage às lacunas deixadas pela atuação do Estado ao longo da história. Dessa forma, os empreendedores sociais podem ser entendidos como “as forças transformadoras’ que intervêm para solucionar os problemas que os governantes e burocratas falham em resolver” (SARKAR, 2010, p. 39). Segundo Oliveira (2004) o que atualmente entendemos por Empreendedorismo Social compreende um novo paradigma de intervenção social para atender as necessidades básicas dos indivíduos.

Ante a precarização do trabalho e do alto índice de desemprego, o governo federal vem elaborando algumas políticas de estímulo ao empreendedorismo, de geração de renda e emprego, entretanto tais políticas como nos alerta Pochmann (2001), embora sejam necessárias não se constituem em políticas suficientes para solucionar e reverter o quadro do desemprego em massa. Tais programas salientam o princípio ideológico da responsabilidade do indivíduo em gerar o seu próprio emprego, contribuindo para que muitos desempregados elaborem algumas estratégias de sobrevivência por intermédio do autoemprego.

5. Considerações finais

Tendo em vista a bibliografia analisada nesse trabalho, ressaltamos primeiramente a necessidade de ressignificação dos conceitos de sustentabilidade e empreendedorismo. Dado o atual contexto político e econômico, assim como os ideais que constituem os pilares do desenvolvimento humano postulados no decorrer da

modernidade, urge a necessidade de resgate da dignidade humana e de construção de políticas públicas que possibilitem meios de subsistência da população e diminuição dos índices de desigualdade social, desemprego, fome etc.

Nesse sentido, é de grande relevância suscitar o papel do Estado na formação e incentivo à economia local e, por conseguinte, ao empreendedorismo com foco na sustentabilidade ambiental, econômica e também social. É interessante lembrar que o Empreendedorismo Social não pode e não deve abster o Estado do papel de garantir as condições de subsistência e dignidade humana. Pelo contrário, acreditamos que é dever do Estado possibilitar a subsistência humana, para tanto se apresenta o Empreendedorismo Social, como forma de amenizar as peripécias da desigualdade advindas da violência do capitalismo.

6. Referências

ALBAGLI, Sarita e MACIEL, Maria Lúcia. **Capital social e empreendedorismo local**. (2002). Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/redesist/NTF2/NT%20SaritaMLucia.PDF>>. Acesso em: 04 de setembro de 2013.

AYRES, Bruno Ricardo Costa. **Os centros de voluntários brasileiros vistos como uma rede organizacional baseada no fluxo de informações**. Revista de Ciência da Informação, v.2, n.1, fev/2001.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo/Porto Alegre: Edusp/Zouk, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

COSTA, Alessandra Mello da; BARROS, Denise Franca; CARVALHO, José Luis Felício (2011). **A Dimensão Histórica dos Discursos acerca do Empreendedor e do Empreendedorismo**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rac/v15n2/v15n2a02.pdf>>. Acesso em 10 de Outubro de 2013.

DEES, Gregory. (1998). **The meaning of “social entrepreneurship.”** Center for the Advancement of Social Entrepreneurship, Fuqua School of Business, Duke University. Disponível em: <http://www.fuqua.duke.edu/centers/case/documents/dees_sedf.pdf>. Acesso em 10 de dezembro de 2013.

DRUKER, Peter Ferdinand. **Inovação e Espírito Empreendedor**. São Paulo. Editora Pioneira, 1987.

DUBAR, Claude. **A crise das identidades: a interpretação de uma mutação**. São Paulo: Edusp, 2009.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

FILION, Louis Jacques. “Carreiras Empreendedoras do Futuro”. **Revista Sebrae**. São Paulo, 1999.

FERREIRA, Sílvia. **Empreendedorismo, capacitação e mudança social**. Boletim Vozes do Centro, NRC REAPN, 2006.

GIDDENS, Antony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991

GODOI-DE-SOUZA, Edileusa. **Empreendedorismo Social e Franquia Social no Brasil**. In: V Encontro de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas, 2008, São Paulo. V EGEPE, 2008.

GONÇALVES, Terezinha Maria. **Cidade e poética: um estudo da psicologia ambiental sob o urbano**. Injuí: Ed. Unijuí, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 19 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LOPES, Mônica. “Empreendedorismo”. In: **Dicionário das crises e alternativas**. Coimbra: Almedina, CES, 2012, p. 86-87.

MATTOSO, Jorge. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Página Aberta, 1999.

NORUZI, Mohammad Reza; WESTOVER, Jonathan.; RAHIMI, Gholam Rasul. **An Exploration of Social Entrepreneurship in the Entrepreneurship Era**. Asia Social Science, Vol. 6, No. 6, 2010.

OLIVEIRA, Davi Montefusco et al. **Empreendedorismo Social com Inclusão Digital: O Caso Pirambu Digital**. In: V Encontro de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas, 2008, São Paulo. VEGEPE, 2008.

OLIVEIRA, Edson Marques. Empreendedorismo social no Brasil: atual configuração, perspectivas e desafios – notas introdutórias. **Revisita FAE**, Curitiba, v.7, n.2, p. 9- 18, jul./dez.2004

POCHMANN, Marcio. **O emprego na globalização**. 1ª edição, São Paulo: Boitempo, 2001.

PORTELA, José et al. (Coord.) **Microempreendedorismo em Portugal: experiências e perspectivas**. Lisboa: Incoop, 2008.

QUINTÃO, Carlota (2004), “Empreendedorismo social e oportunidades de

construção do próprio emprego”. Seminário social e Mercado de Emprego” Paineis: Políticas Sociais e Mercado de Emprego – Universidade Fernando Pessoa. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Porto, 28 de abril.

SARKAR, Soumodip. **Empreendedorismo e inovação**. Lisboa: Escolar Editora, 2010.

STEWART, Thomas A. **Capital Intelectual**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

SILVA, Paulo Cezar Ribeiro da (2009). **Práticas sustentáveis de empreendedorismo social**

Disponível em: <http://www.craes.org.br/arquivo/artigoTecnico/Artigos_Praticas_sustentaveis_de_empreendedorismo.pdf>. Acesso em 10 de janeiro de 2014.

TOURAINÉ, Alain; KHOSROKHAVAR, Farhad. **A busca de si. Diálogo sobre o sujeito**. Tradução de Caio Meira. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

WOOLCOCK, Michael. **The place of social capital in understanding social and economic outcomes**. In: International Symposium on The Contribution of Human and Social Capital to Sustained Economic Growth and Well-Being. Quebec: Human Resources Development Canada and OECD, March 19-21, 2000.

WEID, Jean Marc Von Der. **Agroecologia: condição para a segurança alimentar**. Agriculturas – Experiências em Agroecologia. Rio de Janeiro, v. 1, n. 0, p. 4-7, 2004.